

APRESENTAÇÃO

Desde o início da história brasileira há 500 anos, as crianças pobres, de qualquer raça, carregaram o peso da maior de todas as misérias: viviam num contexto no qual eles não tinham direitos. O mundo dos adultos não incluía nos seus direitos às crianças nascidas em condições econômicas deploráveis, não os incluía nos seus projetos históricos, nem nas suas lutas. Elas deviam, apenas, ter a sorte de crescer para poder, talvez, reivindicar alguns dos direitos concedidos aos adultos.

Em consequência, tornou-se consenso a idéia de que o melhor para quem nasce pobre é começar a trabalhar cedo na vida. Formas leves e pesadas de trabalho, formas visíveis e invisíveis, formas “morais” e abertamente imorais, formas mal remuneradas e não remuneradas, livres e escravas, foram parte constitutiva da história das crianças pobres do Brasil.

No final da década de 80 o Brasil levantou os olhos com vergonha diante de uma realidade cruel e desumana. Era considerado um dos países do mundo em que existia maior número de crianças sendo exploradas das mais diversas formas. O mundo todo acordava para esse fato: aproximadamente 90 milhões de crianças sofriam pela falta de respeito aos seus direitos, dentre eles o direito de ir a escola e o direito de brincar. No Brasil cerca de 9 milhões de crianças padeciam o pesadelo de crescer sem futuro.

Desde 1988 iniciou-se um processo que hoje nos permite apresentar ao país e ao mundo um cenário bastante diferente. Mudanças significativas na Constituição brasileira, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a adoção de normas internacionais e de mudanças na lei interna, junto com a participação decidida dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, operaram transformações importantes na vida e na história das crianças do Brasil.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) participou desse processo de criatividade social desde que em 1992 decidiu incluir o Brasil como um dos seis primeiros países que implementariam o **Programa para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC**. Com fundos vindos inicialmente do Governo da Alemanha, a OIT desencadeou uma série de atividades das quais participaram ampla e decididamente ministérios, organizações sindicais e empresariais, ONG’s, organismos internacionais, estados e municípios. O objetivo único de todo esse empenho foi combater o trabalho infantil em todas as suas formas onde quer que ele se apresentasse no território brasileiro.

Em 2002 o **IPEC** completou 10 anos de presença no Brasil. A OIT deseja mostrar ao mundo os frutos da mudança de atitude vivida pelo Brasil perante a situação das crianças trabalhadoras, como resultado de todo o esforço compartilhado durante essa década. A modesta, porém significativa e intensa, participação do **IPEC** na luta pela erradicação do trabalho infantil, junto a todos os setores da sociedade que fizeram dessa a sua bandeira, nos permitem hoje apresentar um Brasil mobilizado, sensibilizado, conscientizado da necessidade de pôr um fim às condições estruturais de caráter político, cultural, econômico e social que mantêm as crianças longe da possibilidade de se tornarem cidadãs plenas e potencialmente livres e felizes.

Enquanto o número de crianças sendo exploradas em todas as formas de trabalho aumentou mais de 4 vezes, em nível mundial, no Brasil as estatísticas demonstram que diminuiu em cerca de 40%. Hoje o país precisa enfrentar a mais dura batalha: erradicar as piores formas de trabalho infantil. Milhares de crianças são ainda alvo de traficantes de drogas e de exploradores sexuais, crianças “invisíveis” são exploradas no trabalho doméstico e no trabalho escravo, entre outros. Trata-se de uma parcela de crianças que está em mãos de quem definitivamente não se importa com o destino delas. De quem definitivamente está fora da lei e de toda ética.

A OIT, através do IPEC, continuará apoiando as iniciativas, que como as apresentadas neste livro, por ser as mais criativas, ousadas, participativas e eficientes, contribuam para erradicar o trabalho infantil do Brasil. Esperamos contar igualmente com o apoio decidido de quem já o fez e dos que virão a reforçar tal empenho.

É nosso desejo que a sociedade brasileira veja refletido neste livro seu próprio esforço e se inspire nessas experiências para enfrentar com coragem e esperança àqueles que se negam a fazer das crianças a semente que abrirá um futuro belo e sustentável para o Brasil.

Armand Pereira
Diretor do Escritório da OIT no Brasil

Pedro Américo Furtado de Oliveira
Coordenador Nacional do IPEC